

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2019

Henrique Ajuz Holzmann

(Organizador)

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia [recurso eletrônico] /
Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro
Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e
Agroecologia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-321-7

DOI 10.22533/at.ed.217191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa
– Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida.
II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE CONTEMPORÂNEA AMBIENTAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO	
João Leandro Neto Tayronne de Almeida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2171916041	
CAPÍTULO 2	15
A IMPORTÂNCIA DO EMPODERAMENTO DA MULHER CAMPONESA NA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL	
Jéssica Puhl Croda Djoney Procknow Samara Lazarotto Denise Gazzana Oscar Agustin Torres Figueredo	
DOI 10.22533/at.ed.2171916042	
CAPÍTULO 3	21
A SUSTENTABILIDADE DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: A PERSPECTIVA DO ESTADO E O CONTRA-ARGUMENTO	
Fernando Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.2171916043	
CAPÍTULO 4	30
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MATERIAIS SUSTENTÁVEIS EM CONSTRUÇÕES DE IES PÚBLICAS	
Stephane Louise Boca Santa Rozineide Aparecida Antunes Boca Santa Elisete Dahmer Pfitscher Humberto Gracher Riella	
DOI 10.22533/at.ed.2171916044	
CAPÍTULO 5	38
AGROFLORESTA E SEUS BENEFÍCIOS SALIENTANDO AS VANTAGENS AMBIENTAIS	
Alisson Luis Soares Teixeira Ana Beatriz Barros Maia Gonçalves Glaucilaine Barbosa Campaneruti Larissa Pereira Caldas de Oliveira Viviane Pereira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2171916045	
CAPÍTULO 6	52
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO, NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	
Flaviana Cavalcanti da Silva Antônio Lázaro Sant'Ana Ana Heloisa Maia	
DOI 10.22533/at.ed.2171916046	

CAPÍTULO 7	65
AS CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTAIS	
Ana Christina Konrad Luciana Turatti Margarita Rosa Gaviria Mejía	
DOI 10.22533/at.ed.2171916047	
CAPÍTULO 8	80
BIOÉTICA, BIODIREITO E BIODIVERSIDADE: COMBATE À BIOPIRATARIA	
Ana Carolina de Carvalho Siqueira Rodrigo Dias Paes Magalhães Vanessa Iacomini	
DOI 10.22533/at.ed.2171916048	
CAPÍTULO 9	84
CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES DA FEIRA AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA DO CIRCUITO DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA REGIÃO DO BAIXO MUNIM, MA	
Ariadne Enes Rocha Giovanna Lemos Medeiros Fabio Pierre Fontenele Pacheco Caroline Sena Cidvânia Andrade de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2171916049	
CAPÍTULO 10	100
COOPERATIVISMO: AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO	
Adriano Dias de Carvalho Rumeninng Abrantes dos Santos Nadia Kassouf Pizzinatto Antonio Carlos Giuliani	
DOI 10.22533/at.ed.21719160410	
CAPÍTULO 11	114
DESAFIO DO GESTOR PÚBLICO EM IMPLANTAR UMA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COPARTICIPATIVA QUE CONTRIBUA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Marcilene Feitosa Araújo Laize Almeida de Oliveira Gabriel Moraes de Outeiro	
DOI 10.22533/at.ed.21719160411	
CAPÍTULO 12	136
CONCRETO COM INCORPORAÇÃO DE RESÍDUO DE PET	
Lucas Henrique Lozano Dourado de Matos Letícia Martelo Pagoto Mariana Barbosa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.21719160412	

CAPÍTULO 13	149
DESCRIÇÃO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO EM TERRITÓRIO RURAL NO ÂMBITO DO PROJETO PRÓ SEMIÁRIDO	
Victor Leonam Aguiar Moraes Emanoel Freitas Amarante José Carlos dos Santos Neri Lizianne de Castro Santos Sergio Luís Amim Carlos Henrique de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.21719160413	
CAPÍTULO 14	155
DOS EXPERIENCIAS PARA FOMENTAR LA RESPONSABILIDAD HACIA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA ENTRE ESTUDIANTES DE JALISCO, MÉXICO	
Nury Galindo Marquina	
DOI 10.22533/at.ed.21719160414	
CAPÍTULO 15	161
ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS	
Luciana Sanches Ferreira João Adalberto Campato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.21719160415	
CAPÍTULO 16	169
E-COMMERCE: LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS FERRAMENTAS UTILIZADAS	
Ricardo Brandão da Paixão Ricardo Scherrer Tomé Fabio Ytoshi Shibao Mario Roberto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21719160416	
CAPÍTULO 17	183
ENSAIO POLÍTICO: A POLIDEZ CLIMÁTICA ATRAVÉS DAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES	
Ana Cândida Ferreira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.21719160417	
CAPÍTULO 18	196
ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS: SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DO BEM-ESTAR FAMILIAR	
Phelipe Silva de Araujo Ariadne Enes Rocha Erik George Santos Vieira Jorge Luiz de Oliveira Fortes Suzzy Ferreira do Nascimento Asafe Mardes de Castro Silva	

DOI 10.22533/at.ed.21719160418

CAPÍTULO 19 212

ESTUDO ETNOBOTÂNICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Evilma Nunes de Araújo Santos
Paulyanne Karlla Araújo Magalhães
Mauricio dos Santos Correia

DOI 10.22533/at.ed.21719160419

CAPÍTULO 20 219

EDUCANDO Á TODOS AO MESMO TEMPO, COLETA DE ÓLEO: UM ESTUDO DE CASO

Yasmin Rodrigues Gomes
Lilian Gama
Tarik Plestch

DOI 10.22533/at.ed.21719160420

CAPÍTULO 21 227

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ALEGRE-ES

Ingrid Gabriella da Hora Carriço
Mariane Pereira dos Santos Souza
Sâmia D'angelo Alcuri Gobbo

DOI 10.22533/at.ed.21719160421

CAPÍTULO 22 237

GÊNERO, AGROECOLOGIA E ENTIDADES LOCAIS: PARTICIPAÇÃO E AÇÕES NO TERRITÓRIO DO SISAL

Edeilson Brito de Souza
Elisabeth dos Santos Teixeira
Glauciane Pereira dos Santos
Josenilda dos Santos Anunciação
Maíra dos Santos Pinheiro
Maria Auxiliadora dos Santos Freitas

DOI 10.22533/at.ed.21719160422

CAPÍTULO 23 243

GESTÃO AMBIENTAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS RELEVANTES PARA A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU, NO RIO GRANDE DO NORTE

Marcos Antônio de Oliveira
Erivaldo Moreira Barbosa
Maria de Fátima Nóbrega Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.21719160423

CAPÍTULO 24 260

GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT

Anna Luiza Ferrari Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.21719160424

CAPÍTULO 25 271

GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGESTÃO

Nilda dos Santos

Gleimiria Batista da Costa

DOI 10.22533/at.ed.21719160425

CAPÍTULO 26 284

HORTA AGROECOLÓGICA COMO ESPAÇO DIDÁTICO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Angélica Margarete Magalhães

Samuel Neves Neto

Mariana Justino Masugossa

Victor Oziel Meier Elias

Antonio Augusto Alves Pereira

DOI 10.22533/at.ed.21719160426

CAPÍTULO 27 291

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS RURAIS

Ana Rafaela Veloso Pereira

Ariadne Enes Rocha

Marcus Vinicius Nascimento Fontes

Jamires Avelino da Silva

Samara Regina Bezerra

Karlene Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.21719160427

CAPÍTULO 28 308

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA TENTATIVA DA REDUÇÃO DE RESÍDUOS ATRAVÉS DA RECICLAGEM DE ÓLEO DE COZINHA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI - MG

Laísa Santos Magalhães

Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima

Diego Germini Villardi

Hélvio de Avelar Teixeira

Angélica Cristiny Ezequiel de Avelar Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.21719160428

CAPÍTULO 29 320

TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS NO AMPARO DE COMUNIDADES ATINGIDAS POR DESASTRES AMBIENTAIS

Jady Rafaela Caitano dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.21719160429

CAPÍTULO 30 325

TOCOS DIDÁTICOS: SENSIBILIZANDO CIDADÃOS PARA UMA ARBORIZAÇÃO URBANA MAIS SADIA

João Augusto Bagatini

Marco Aurélio Locateli Verdade

Tatiani Roland Szelest

DOI 10.22533/at.ed.21719160430

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 342

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO, NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Flaviana Cavalcanti da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Campus Universitário de Sinop (professora substituta), Instituto de Ciências da Saúde (ICS)
Sinop – Mato Grosso

Antônio Lázaro Sant’Ana

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Socioeconomia (DFTASE)
Ilha Solteira – São Paulo

Ana Heloisa Maia

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
- Campus de Nova Xavantina (MT), Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas
Nova Xavantina – Mato Grosso

RESUMO: A partir de um recorte da tese da primeira autora, são discutidos neste capítulo aspectos concernentes aos saberes e contribuições das mulheres agricultoras, no processo de superação do paradigma produtivo convencional, dentro da perspectiva agroecológica. Busca-se, ainda, fomentar o debate acerca de questões pautadas na perspectiva de gênero, que configuram avanços e entraves ao reconhecimento do protagonismo das mulheres, no âmbito da produção sustentável. Os aspectos aqui contextualizados reforçam que, com seus saberes e esforços

focados na perspectiva agroecológica, as mulheres agricultoras protagonizam ações que desafiam o modelo de produção predominante, (re)desenhando caminhos na direção de sua autonomia e na promoção da sustentabilidade; entretanto, empecilhos à equidade de gênero (como a invisibilidade do seu trabalho, a baixa participação das agricultoras nos espaços de decisão e poder e as dificuldades de acesso destas mulheres a recursos produtivos) seguem como características marcantes do espaço rural brasileiro e configuram entraves a avanços dentro do enfoque agroecológico. É importante que o Estado, considerando-se a sua contribuição histórica para a consolidação de um modelo de produção altamente dependente (insustentável) e que fez fortalecer a lógica patriarcal na agricultura, assuma o compromisso com a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas centradas na perspectiva de gênero. A Agroecologia mostra-se incompatível com o não reconhecimento do protagonismo das mulheres nos espaços de (re)produção pertinentes à agricultura; o compromisso com a sustentabilidade, em vista (também) de sua dimensão social, passa necessariamente pelo reconhecimento da importância de esforços que visem à superação das desigualdades nas relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Equidade de gênero. Agricultura familiar.

ABSTRACT: From a cut of the thesis of the first author, this chapter discusses aspects concerning the knowledge and contributions of women farmers, in the process of overcoming the conventional productive paradigm, within the agroecological perspective. It also seeks to promote the debate about issues based on a gender perspective, which constitute obstacles to the recognition and strengthening of the role of women in the field of sustainable production. The contextualized aspects reinforce that, with their knowledge and efforts focused on the agroecological perspective, women farmers are engaged in actions that challenge the predominant production model, (re) designing paths towards their autonomy and promoting sustainability; However, obstacles to gender equity (such as the invisibility of their work, the low participation of women farmers in the decision-making and power spaces, and the difficulties of accessing these women to productive resources) are important features of the Brazilian countryside and constitute obstacles to advancement within the agroecological approach. It is important that the State, taking into account its historical contribution to the consolidation of a highly dependent (unsustainable) production model that has strengthened the patriarchal logic in agriculture, is committed to expanding and strengthening public policies focused on perspective. The commitment to the promotion of sustainability necessarily passes through the recognition of the importance of efforts that aim at equity in gender relations. The development of agricultural models, based on the agroecological perspective, is irreconcilable with the non-recognition of the role played by women in the areas of (re-) production pertinent to agriculture.

KEYWORDS: Agroecology. Gender issues. Family agriculture.

1 | INTRODUÇÃO

Experiências vinculadas a processos de transição para modelos de agricultura mais sustentáveis têm ressaltado o papel de destaque das mulheres para a promoção da sustentabilidade no campo. Muitas trabalhadoras rurais seguem engajadas na luta por um modelo de agricultura que se mostre sustentável e lhes permita, dentre outros avanços, a obtenção de alimentos mais saudáveis e a consolidação de estratégias produtivas, que não mais imponham riscos à saúde humana, bem como, à saúde de seus agroecossistemas; o que tem se traduzido em importantes esforços por parte das mulheres agricultoras na direção da agroecologia.

Apesar de todo o avanço conquistado, por meio de iniciativas das mulheres, no âmbito da agricultura sustentável, o devido reconhecimento do seu trabalho, de suas contribuições, ainda permanece como uma das bandeiras de luta das trabalhadoras rurais, em face da assimetria nas relações de poder entre homens e mulheres, cujos reflexos compreendem a invisibilidade do trabalho exercido pelas mulheres agricultoras.

O discurso pautado no desenvolvimento sustentável para o campo e para a construção de outro paradigma, baseado em experiências alicerçadas na agroecologia, de uma maneira geral, se coloca em meio a um conjunto de mudanças de ordem social

e política, que inclui a busca da equidade, da inclusão social, dentre outras, e também, de forma não totalmente explícita, mudanças nas relações de gênero (SILIPRANDI, 2007). Estas mudanças configuram uma das urgências para responder à crise societal e ambiental contemporânea; o que requer mudanças de concepções, valores e ideias que ainda persistem nas relações de poder, que foram constituídas historicamente (LOVATTO et al., 2010).

A partir de um recorte da tese da primeira autora, são discutidos neste capítulo aspectos concernentes aos saberes e contribuições das mulheres agricultoras no processo de superação do paradigma convencional de produção, baseado na perspectiva agroecológica. Lançando-se mão de trabalhos de algumas das estudiosas responsáveis pelas principais contribuições ligadas à *questão da mulher agricultora no Brasil*, busca-se fomentar o debate em torno dos desafios, que se entrelaçam com as relações de poder entre gêneros, e configuram entraves ao reconhecimento e fortalecimento do protagonismo das mulheres no âmbito da produção sustentável. Os aspectos aqui abordados levam em consideração a relevância da equidade de gênero para a promoção da sustentabilidade, dentro do enfoque agroecológico, tendo em mente que, a “Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras” (SILIPRANDI, 2009, p. 147).

2 | CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES AGRICULTORAS PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Ao se refletir acerca da contribuição das mulheres agricultoras para o incremento da sustentabilidade na agricultura deve-se atentar para o fato de que “as mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos”, conforme observa Pacheco (2002, p. 20). Como ainda elucida a autora, são as mulheres que desenvolvem papel de relevância como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas e asseguram, com a sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar.

Assim como salienta Siliprandi (2007), são as mulheres que, frequentemente, induzem as mudanças, quando as famílias iniciam o processo de transição para modelos produtivos mais ecológicos, o que se deve, também, a preocupações das agricultoras com a saúde da família e com a exaustão dos recursos naturais. Este pioneirismo das agricultoras, também, foi notado por Karan (2004), ao analisar o envolvimento de trabalhadoras no processo produtivo concernente à agricultura orgânica. A pesquisadora constatou o papel fundamental desempenhado pelas mulheres em todo o processo e verificou que, no âmbito produtivo, elas têm sido as precursoras dentro da unidade familiar, elas que assumem os riscos de iniciar algo

novo, ao mesmo tempo em que desafiam a produção convencional, ao colocar em prática saberes que provêm de outras gerações.

Na análise realizada por Lovatto et al. (2010), ficou evidente que as mulheres ocupam lugar estratégico na reformulação produtiva que resulta na transição para o modelo de produção de base ecológica, uma vez que estas representam, na maioria das vezes, o centro de uma rede de ligações que possibilita um questionamento crítico e (por vezes) libertador das formas de produção baseadas na agricultura convencional.

As mulheres, em muitas situações por meio de seus grupos, costumam focalizar o trabalho na produção de alimentos (*in natura* ou transformados) e se dedicam à criação de pequenos animais, à preservação e adaptação de espécies e à transmissão de conhecimentos acerca da produção e do uso de plantas medicinais; estes trabalhos configuram atividades de resistência ao modelo produtivo caracterizado pela monocultura e pela utilização intensiva de tecnologias e combustíveis fósseis (SILIPRANDI, 2007; SILIPRANDI 2009).

Acrescenta-se ainda que, em muitos casos, são as mulheres quem trazem à tona sementes há muito tempo guardadas nas hortas domésticas, testam soluções alternativas nos cultivos e restabelecem a cooperação em todas as esferas de produção (KARAN, 2004). Estas iniciativas ajudam a compreender a relevância da contribuição das mulheres no processo de superação do modelo de exploração herdado da chamada *Revolução Verde*, caracterizado por múltiplos efeitos colaterais de ordem socioambiental.

Segundo Duval (2009), a opção das agricultoras por práticas mais sustentáveis relaciona-se com o fato do seu trabalho, de uma forma geral, manter-se ligado à produção de alimentos. Para o pesquisador, como o trabalho desempenhado pela mulher é, geralmente, planejado de acordo com as necessidades alimentares da família, facilita-se, de certa forma, a diversificação agrícola e a utilização de algumas práticas coerentes com a agroecologia, tais como o consórcio de culturas, adubação orgânica, integração produção vegetal/produção animal, dentre outras técnicas.

Questões enfatizadas pelo autor supracitado, no que dizem respeito ao trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura, remetem, ainda, à lida das agricultoras (também) em seus *quintais*, compreendendo-se os seus esforços para a manutenção destas áreas como espaços de (re)produção. Na acepção de Esmeraldo (2008, p. 201), o quintal refere-se a “uma extensão da unidade doméstica onde a mulher exercita algumas atividades produtivas (...). Onde faz pequenos canteiros para a produção de hortaliças e de ervas medicinais e onde cultiva algumas fruteiras”. Neste sentido, é importante garantir visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas agricultoras nos respectivos quintais, tendo em mente, também, a questão da diversidade que caracteriza estes espaços. Diversidade esta que contribui para a qualidade de vida das famílias agricultoras e consiste em fator de importância para o equilíbrio dos agroecossistemas, dada (também) a sua contribuição para elevar a qualidade ecológica destes locais e conferir-lhe maior estabilidade (GLIESSMAN, 2008).

Quando se volta o olhar para os esforços das mulheres para fazer da agricultura sustentável uma realidade para si, é relevante compreender alguns aspectos diferenciadores concernentes ao enfoque agroecológico, que têm contribuído para avanços na vida das agricultoras que optam pela Agroecologia, particularmente, aqueles fatores que favorecem a percepção das desigualdades nas relações de gênero e geram meios para superar a condição de subordinação das trabalhadoras.

Em tal contexto, Siliprandi (2009), com base em pesquisas realizadas a partir do ano 2000, elenca alguns fatores, percebidos nestes estudos que favoreceram a melhoria da condição das mulheres, baseados em diferenciais que caracterizam os sistemas de produção norteados pela agroecologia. A autora destaca que o enfoque agroecológico valoriza as atividades que são tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, envolvendo-as, de forma particular, em diferentes etapas do processo produtivo, tal mudança favorece a abertura para questionamentos sobre relações autoritárias.

Além disso, o processo como se dá a transição agroecológica pressupõe a participação de toda a família, o que contribui para a quebra do monopólio exercido pelo homem, especialmente, no campo das decisões. A participação das mulheres em espaço público, especialmente onde ocorre a comercialização (como nas feiras), permite o contato com outras pessoas e grupos, bem como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, o que possibilita o reconhecimento social do trabalho desempenhado pelas agricultoras, gerando maior autoestima. Também, o fato de as mulheres poderem contar com rendas mais permanentes, obtidas com o seu trabalho e recebidas por elas de forma individual, tende a melhorar o seu poder de barganha no interior das famílias, permitindo ainda avanços relacionados à sua autonomia (SILIPRANDI, 2009).

Bem como defende Pacheco (2002), existem elos a serem estabelecidos entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero, as duas noções se contrapõem a uma visão produtivista e economicista. De um lado, a noção de sustentabilidade alude ao campo das lutas sociais, de novas relações entre a sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para se contestar a exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, como também infere a referida autora, a crítica ao padrão dominante da economia, vinculada pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva, segundo a qual, uma análise do desenvolvimento sustentável deve considerar as dimensões sociais e de gênero e incorporar a este conceito uma distribuição justa de recursos, conhecimentos e poder.

Corroborando aspectos aqui expostos, questões que incluem a invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres no campo, a divisão sexual do trabalho, a baixa participação das agricultoras nos espaços de decisão e poder, bem como, as dificuldades de acesso destas mulheres a recursos produtivos, constituem pontos de discussão importantes no contexto dos debates em torno da Agroecologia, uma vez que a consolidação desta não será possível, enquanto tais empecilhos à equidade de

gênero consistirem em marcantes características do espaço rural brasileiro.

3 | AVANÇOS E ENTRAVES AO RECONHECIMENTO DO PROTAGONISMO DAS MULHERES NA AGRICULTURA

Conforme discutem Siliprandi (2012) e Pacheco (2002), apesar de serem responsáveis por um conjunto de atividades ligadas à agropecuária, com múltiplas jornadas de trabalho, a condição das mulheres como trabalhadoras e cidadãs, em muitos casos, ainda, é alvo de invisibilidade social, sendo o seu trabalho compreendido como uma ‘mera ajuda’ e inferior àquele desempenhado pelos homens. Brumer (2004) relaciona a invisibilidade do trabalho executado pela mulher na esfera produtiva com o fato deste ser praticado no interior do estabelecimento e serem os homens os responsáveis quase que únicos pelos contatos com o exterior. Tal noção ganha respaldo, também, na visão de Siliprandi (2012), a autora reforça que, enquanto o trabalho exercido pela mulher é tido como secundário, uma “ajuda” na esfera familiar, esperando-se que as agricultoras não ultrapassem o âmbito doméstico, sobre o homem recaí a imagem do verdadeiro “produtor rural”, sendo outorgada a este a representação pública da família, o que contribui para *invisibilizar* o protagonismo das mulheres no campo.

A invisibilidade do trabalho exercido pela mulher tem sua causa, também, nas tarefas domésticas e em outras atividades que não geram renda diretamente (FERRANTE; DUVAL, 2012). Um dos aspectos tangentes a esta questão da invisibilidade refere-se ao fato de que os ganhos das agricultoras são, muitas vezes, somados à renda da família, isso faz com que estas não possam contar com uma remuneração direta por seu trabalho, cabendo muitas vezes ao homem, o “chefe da família”, a decisão sobre a utilização de tais ganhos, sem a participação efetiva das mulheres (SILIPRANDI, 2012). A ampliação da liberdade das trabalhadoras rurais passa pela efetividade de sua participação nas decisões que envolvem (também) os trabalhos na esfera produtiva, bem como, na administração dos ganhos relacionados a estes. A autonomia na gestão de recursos obtidos por meio do próprio trabalho implica em uma maior liberdade para as agricultoras promoverem mudanças em suas vidas, bem como nos rumos que envolvem as suas famílias e os respectivos agroecossistemas, espaços de vida e trabalho destas mulheres.

A desvalorização do trabalho executado pelas mulheres agricultoras apresenta relação, também, com algumas constatações levantadas por Siliprandi (2009, p. 148); de acordo com a pesquisadora, “as atividades consideradas ‘produtivas’ (que geram renda) valem mais que as ‘reprodutivas’ (de manutenção das pessoas), sendo as primeiras identificadas com os homens e as segundas, com as mulheres”. O não reconhecimento das mulheres como produtoras de alimentos, tanto em relação à produção voltada para a venda, como aquela direcionada ao autoconsumo, acaba por

impedir que as agricultoras, em geral, sejam sujeitos das políticas públicas, inclusive aquelas relativas à segurança alimentar (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A FAO (2013) lançou (tem lançado) alguns alertas sobre a discriminação de gênero na agricultura e como isso tem refletido, de maneira sistemática, no acesso aos recursos compreendidos como necessários para o desenvolvimento socioeconômico; o acesso ao crédito e serviços de extensão, por exemplo, ficam restritos aos “chefes de família”. Pesquisadoras também têm abordado questões neste sentido e revelam a recorrência deste tipo de discriminação na agricultura brasileira e os seus impactos na vida das trabalhadoras do campo no cenário nacional (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; PACHECO, 2002; SILIPRANDI, 2009).

É fundamental reconhecer que o acesso por parte das mulheres a recursos produtivos e bens simbólicos vinculados à agricultura familiar mostra-se restrito, uma vez que é marcado pela desigualdade que permeia as relações de gênero no campo (SILIPRANDI, 2009); como ainda exemplifica esta pesquisadora, o acesso à terra por parte das mulheres é menor, assim como no caso dos instrumentos de produção (SILIPRANDI, 2012).

Pacheco (2002) acrescenta que em muitas regiões do país, verifica-se que as mulheres geralmente, ou são excluídas, ou apresentam participação minoritária e eventual em atividades de capacitação voltadas também para o aprofundamento de conhecimentos de caráter técnico da produção agrícola ou agrossilvopastoril; o que configura entrave para a igualdade de oportunidades entre os gêneros. Como bem revela a autora, a reversão da situação de invisibilidade das agricultoras e o enfrentamento das estruturas do poder requer, entre outras medidas, o apoio organizativo a estas mulheres e a possibilidade de que elas tenham acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que possam desenvolver as suas capacidades.

Abordar aspectos da condição das trabalhadoras do campo, no Brasil, remete, também, à luta destas mulheres em prol de mudanças que há muito tempo lhe são devidas. Afinal, elas:

Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta, mas como mulheres agricultoras que lutam para exercer seu direito enquanto sujeitos plenos de suas próprias vidas, contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem (SILIPRANDI, 2012, p. 150).

Em muitas situações observadas ao longo da história, a luta em defesa da ampliação de direitos, norteadada pelo desejo de equidade social, levou as mulheres a descobrirem que era preciso refletir sobre a sua condição e organizar-se em espaços próprios (SILIPRANDI, 2009). Heredia e Cintrão (2006) citam a importante contribuição dos movimentos sociais rurais, por meio de suas lutas, para a redução das desigualdades entre espaço rural e urbano, o que tem gerado impactos positivos sobre a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Em alguma medida, os movimentos sociais incorporaram as lutas feministas como parte de seus objetivos

estratégicos de mudança social e, ao mesmo tempo, assumiram as lutas ambientais e em prol de um paradigma de desenvolvimento sustentável para o campo, como uma luta das mulheres (SILIPRANDI, 2007). Todo este esforço foi responsável em grande medida por importantes conquistas, particularmente, nos últimos anos.

Como menciona Siliprandi (2012), a partir de 2003, algumas intervenções colocadas em prática pelo governo federal demonstraram importante empenho para romper com a manutenção de uma cultura excludente em relação às mulheres, com o reconhecimento das agricultoras como sujeitos de direitos e a implantação de políticas de incentivo à sua autonomia; dentre estas, destacam-se as medidas para facilitar a obtenção de documentos, linhas de crédito específicas para as mulheres, assistência técnica diferenciada, políticas de apoio à organização de agricultoras por meio de grupos produtivos e à comercialização de seus produtos. Tais medidas respondem a reivindicações históricas e à atuação política de vários movimentos de mulheres rurais, que, desde os anos 1980, com suas marchas e manifestações massivas, têm conquistado visibilidade social, articulando-se com sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e setores da extensão rural (SILIPRANDI, 2012).

No contexto de tais reivindicações, as lutas empenhadas por uma política de crédito ajustada às particularidades da condição das mulheres do campo ganham especial relevo. A conquista de linhas de crédito, por parte das mulheres agricultoras, de modo coerente com suas necessidades e perspectivas, representa um instrumento importante para a superação da subordinação econômica dessas trabalhadoras e, portanto, um passo relevante na luta das mulheres por autonomia. Fernandes (2008, p. xi) apresenta alguns entraves encontrados por trabalhadoras rurais para acessar a créditos: “o excesso de burocracia, a falta de abertura e vontade para a inclusão do tema do gênero nas instituições operadoras de crédito e a prioridade de concessão do crédito às mulheres mais capitalizadas”.

Uma das principais conquistas das trabalhadoras rurais, no campo das políticas públicas, refere-se à criação de uma linha para o financiamento de investimentos ligados a propostas de crédito, especificamente, voltada para a mulher agricultora; ou seja, o *Pronaf Mulher*, criado em 2003, após anos de processos reivindicatórios protagonizados pelas mulheres do campo e seus movimentos sociais. Embora se reconheça a importância do avanço representado pela criação dessa linha de crédito, observa-se que muitas das melhorias pretendidas com a criação do Pronaf Mulher ainda estão distantes da realidade da grande maioria das mulheres agricultoras; mesmo dentre aquelas que tiveram a oportunidade de acessar essa linha do Pronaf, para uma grande parcela, tal acesso não repercutiu nos resultados perseguidos pela política pública. Em estudo realizado por Spanevello et al. (2016), as autoras concluíram que as decisões que envolvem o crédito tomado por meio do Pronaf Mulher segue sob responsabilidade do marido, o que apresenta relação com o fato de as mulheres disporem de pouca experiência, no que diz respeito ao acesso a crédito, como consequência do

controle predominantemente masculino sobre financiamentos e investimentos, bem como, no campo da gestão e administração da propriedade. Infelizmente, conforme adverte Fernandes (2013, p. 34), “o crédito oferecido às mulheres está longe de se efetivar enquanto instrumento de empoderamento econômico”; e, como ainda defende a autora, para que a política de crédito, de fato, venha a contribuir para a autonomia econômica das mulheres, esta não pode se assemelhar ao modelo predominante, mas, sim, partir de metodologias que abarquem as particularidades pautadas na questão de gênero e nas condições socioculturais regionais, além da necessidade de apresentar maior flexibilidade em termos de regras e mostrar-se menos burocratizada.

Esforços orientados para o fortalecimento e a ampliação da participação das trabalhadoras rurais nos processos que envolvem a comercialização são fundamentais para um maior reconhecimento do trabalho praticado por estas mulheres e, em vista também das possibilidades ligadas à geração de renda, podem constituir estratégias relevantes no que concernem ao empoderamento econômico das agricultoras, considerando-se, ainda, que tal participação tende a aumentar o poder de decisão da mulher sobre a renda obtida. **É importante ter em mente que, apesar de as mulheres participarem de forma direta na produção, a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar ainda é realizada, na maioria dos casos, com a documentação do homem.** O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual se volta para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, apesar de não ter sido concebido a partir de especificidades centradas na questão de gênero, suas diferentes modalidades têm contribuído para a valorização do trabalho executado pelas mulheres, uma vez que cria canais para a comercialização de seus produtos a um preço justo e com formas de operação condizentes com as suas necessidades; o que inclui entregas parceladas em pequenas quantidades e de forma constante (**SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011**). Em estudo realizado em Pereira Barreto (SP), constatou-se o marcante envolvimento (ou protagonismo) das mulheres nas atividades de produção dos gêneros que são comercializados para o PAA e nos processos diretos que envolvem tal comercialização: “na maioria dos casos, são as mulheres que ficam com a responsabilidade de organizar quais produtos serão entregues, a administração da horta, os processos de assepsia e a embalagem dos produtos” (GONZAGA, 2015, p. 60). Entretanto, em muitas situações como essas, ainda sobressaem as vendas formalizadas com a documentação do cônjuge, o que, geralmente, implica em restrições às mulheres, em relação às decisões relativas à comercialização e à apropriação dos ganhos referentes ao seu trabalho, reforçando condições de subordinação.

Devem ser valorizados os importantes avanços conquistados pelas trabalhadoras do campo, mas é essencial reconhecer que ainda restam demandas históricas das mulheres rurais que precisam ser atendidas e respeitadas; e, em relação às políticas existentes, é necessário que sejam criados mecanismos que possam garantir, de forma explícita, o acesso igualitário entre mulheres e homens aos benefícios e oportunidades

gerados (SILIPRANDI, 2012).

As lutas das trabalhadoras rurais para garantir o seu acesso a tais recursos e a sua participação nos espaços de decisão e poder, condição esta fundamental para o alcance de sua autonomia, são estimuladas pela construção da consciência de gênero. Neste contexto, ganham destaque ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), norteadas (também) pela perspectiva do *empoderamento* feminino, com estratégias que estimulem as trabalhadoras rurais à percepção, ao enfretamento e à superação da condição de invisibilidade e subordinação.

Como demonstrado por Petersen (2007, p.33), as entidades responsáveis por ações de ATER têm contribuído para o equilíbrio das relações de poder relativas aos processos decisórios que envolvem mulheres e homens, tanto na esfera doméstica, quanto no âmbito público: “além de ser um imperativo ético, a construção de equidade de gêneros nas comunidades e organizações rurais vem exercendo um papel determinante na promoção da Agroecologia”. Tal implicação reforça a pertinência da inclusão da perspectiva de gênero dentre as ações desenvolvidas pelas entidades de ATER, também, para a própria promoção da sustentabilidade.

Enfatiza-se aqui a relevância de ações que busquem sensibilizar e conscientizar os profissionais envolvidos em ações de ATER para que estes possam se contrapor à divisão sexual do trabalho e à invisibilidade que recobre o trabalho das agricultoras. Sem o desenvolvimento de ações, que considerem a real dimensão do trabalho executado pelas mulheres no espaço rural e o seu potencial para a construção de modelos de produção alicerçados nos princípios agroecológicos, as atuações no campo da ATER não se mostrarão efetivas na promoção do desenvolvimento sustentável; o que configura, justamente, um dos principais compromissos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que prevê o direcionamento das ações de ATER e cujos preceitos se relacionam, também, com a equidade nas relações de gênero.

As políticas sensíveis de gênero partem do reconhecimento de que mulheres e homens participam de forma desigual no processo de desenvolvimento; possuem necessidades, interesses e prioridades diferentes e, em alguns casos, conflituosos (PACHECO, 2002). Defende-se aqui, que a perspectiva de gênero, na concepção e operacionalização de políticas públicas, mostra-se essencial para a superação das desigualdades que ainda persistem nas relações entre mulheres e homens, especialmente no âmbito da agricultura familiar; e que, portanto, deve ser percebida como noção estratégica nos processos que envolvem a construção e consolidação de modelos de agricultura sustentáveis.

As intervenções voltadas para a promoção da sustentabilidade na agricultura devem atentar para os desafios aqui mencionados e serem acompanhadas do compromisso com o *empoderamento* das trabalhadoras rurais, pois enquanto muitas destas mulheres permanecerem relegadas à invisibilidade e à subordinação, a

agroecologia não será, de fato, plenamente experimentada e a agricultura sustentável, mais uma vez, não ultrapassará o campo das pretensões, considerando-se que a equidade social também está entre os seus preceitos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui discutidas reforçam a importância dos saberes adquiridos historicamente pelas mulheres no âmbito da agricultura, bem como das suas contribuições práticas para o processo de superação do modelo de exploração herdado da chamada *Revolução Verde*, que, mesmo em face de sua forte repercussão negativa em termos socioambientais, (ainda) se mostra predominante. Com seus saberes e esforços focados na perspectiva agroecológica, as mulheres têm protagonizado ações que desafiam o modelo de produção hegemônico, (re)desenhando caminhos na direção de sua autonomia e na promoção da sustentabilidade.

É importante que o Estado, considerando-se a sua contribuição histórica (direta e indiretamente) para a consolidação de um modelo de produção altamente dependente (insustentável) e que fez fortalecer a lógica patriarcal na agricultura, assuma o compromisso com a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas centradas na perspectiva de gênero.

Os elementos levantados corroboram a ideia de que o empenho para a construção de modelos de agricultura, sintonizados com o paradigma de desenvolvimento sustentável baseado na perspectiva agroecológica, mostra-se incompatível com o não reconhecimento do protagonismo desempenhado pelas trabalhadoras rurais nos espaços de (re)produção pertinentes à agricultura. O compromisso com o desenvolvimento sustentável, em vista (também) de sua dimensão social, passa necessariamente pelo reconhecimento da importância de esforços que visem à superação das desigualdades nas relações de gênero; ignorar isso faz desmantelar a noção de sustentabilidade, na qual a Agroecologia se apoia.

REFERÊNCIAS

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 360, p. 205-227, 2004.

DUVAL, H.C. **Bens materiais e simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. 2015. 520 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

ESMERALDO, G. G. S. L. **Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas**. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil. Brasília, DF: MDA, 2008.

FERNANDES, S. A. **Gênero e Políticas de Crédito**: O Pronaf-Mulher e Santa Catarina. Florianópolis,

2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91928>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FERNANDES, S. A. *Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina*. Revista Grifos, n. 34/35, p. 157-175, 2013.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. In: **Anais...** João Pessoa: [s. n], 2012. p. 01-24.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Universidade da UFRGS, 2008.

GONZAGA, D. A. **Resultados e significados do programa de aquisição de alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. 158 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/128068>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. **Revista Nera.**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

KARAM, K. A. Mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 303-320, 2004.

LOVATTO, P.; CRUZ, P. P.; MAUCH, C. R.; BEZERRA, A. A. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, 191-212, 2010.

PACHECO, M. E. L. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. p. 01-04.

PACHECO, M. E. L. O cultivo da diversidade: estratégia para a soberania alimentar e nutricional. In: _____. **Consea: a segurança a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento: da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, DF, 2010. p. 43.

PETERSEN, P. Agroecologia em rede: fonte de inspiracoes para a inovacao local. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 30-31, jul. 2006.

PETERSEN, P. Agroecologia em rede: fonte de inspiracoes para a inovacao local. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 30-31, jul. 2006.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: [S. N.], 2004.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Ariús**, Campina Grande, v. 18, n.1, jan./jun. 2012.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 845–849, fev. 2007.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamento Iberoamericano**, Madrid, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139.152.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 13-32, fev. 2015. ISSN 2316-297X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>>. Acesso em: 30 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675>.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 44, p. 393-414, 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682016000200018&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: em 27 jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200018>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail. com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>

JOÃO LEANDRO NETO Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

DENNYURA OLIVEIRA GALVÃO Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-321-7

